

O mercado de resíduos sólidos na região Sul do RS e a constituição da Rede Reciclar

Diego Rodrigues Gonçalves¹

Renato Della Vechia²

Rovena Ramos Lima³

Vanessa Monks Da Silveira⁴

Resumo: O presente artigo analisa dois projetos financiados pela SENAES/MTE onde uma dessas pesquisas buscou o mapeamento do número de pontos de comercialização de produtos originados pela coleta de resíduos sólidos na região do Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Sul (COREDE Sul) do Estado do Rio Grande do Sul (RS), com área de abrangência de 22 municípios. E o projeto de extensão “Constituição de uma Rede de Empreendimentos Solidários de Coleta e Seleção de Resíduos Sólidos na Região Sul do RS”. O objetivo central foi o trabalho de mobilização, constituição e apoio a empreendimentos que atuam na coleta e seleção de resíduos sólidos na região Sul do RS. Ambas iniciativas estimuladas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei nº 12.305/10. O texto percorre ainda acerca dos desdobramentos da Constituição dessa Rede de empreendimentos da coleta dos resíduos na região, tantos dos seus desafios com os processos autogestionários quanto do seu impacto nesta cadeia de comercialização da região.

Palavras-chave: resíduos sólidos; coleta; catadores; autogestão; comercialização.

Abstract: The following paper, analyses two projects financed by SENAES/MTE, where one of these surveys sought to map the number of points of sales of products originated by the collection of solid waste in the region of the Regional Development Council of the Southern Region (COREDE Sul) on the State of Rio Grande do Sul (RS), covering about 22 cities. And the extension project of “Constitution of a Network of Solidarity Enterprise for the Collection and Selection of Solid Waste in the Southern Region of RS”. The main objective was the work of mobilization, constitution and support to enterprises which act on the collection and selection of solid waste in the Southern Region of the South. Both initiatives were stimulated by the National Solid Waste Policy (PNRS), Law nº 12.305/10. The article discusses the consequences on the constitution of this enterprise network for the collection of waste in the region, working on the many challenges on the self-management process as of its impact on this region’s marketing chain.

Keywords: solid waste; collect; collectors; self-management; commercialization.

O contexto do início da Rede Reciclar

A escassez de recursos naturais fez emergir a discussão em torno da reciclagem, termo popularizado principalmente a partir da década de 1970. Primeiramente impulsionado pelo fortalecimento do movimento ambientalista, mas principalmente pela crise energética, ou seja, a preocupação com o desabastecimento de algumas matérias-primas não renováveis, que eram a base das principais indústrias que sustentavam o padrão de consumo no pós-guerra, principalmente o

¹ Mestre em Política Social e Direitos Humanos pela Universidade Católica de Pelotas.

² Professor do Programa de Pós Graduação em Política Social da Universidade Católica de Pelotas (Adjunto III). Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

³ Bacharel em Filosofia pela Universidade Católica de Pelotas.

⁴ Mestra em Zootecnia pela Universidade Federal de Pelotas e Especialista em Educação Profissional pelo Instituto Federal Sul-rio-grandense.

petróleo. Este fato trouxe consigo a necessidade de as empresas renovarem tecnologias de produção e de organização do trabalho, objetivando eficiência e redução de custos (GASPAR, 2015).

A concepção neoliberal do modelo de sociedade capitalista em que vivemos naturaliza o mercado como espaço absoluto de organização entre demanda e consumo. Assim, dentro desta lógica, é muito mais fácil buscar alternativas para o resíduo produzido do que repensar o consumo. Toda forma de intervenção estatal que possa limitar consumo ou concentração de capital é identificado como um entrave ao desenvolvimento econômico. Para este modelo, o desenvolvimento econômico é visto tão somente como crescimento de consumo e ampliação do capital, sem nenhuma relação com questões como sustentabilidade ou qualidade de vida.

Há uma busca incessante pelo aumento do consumo, mesmo que ao custo da geração de enormes passivos ambientais e do empobrecimento da maior parte da população. Significa que essa perspectiva precisa produzir mercadorias que tenham curto espaço de vida, que se tornem rapidamente obsoletas para incentivar a cadeia permanente do consumo. As formas de produção atuais são caracterizadas pelo aumento do desperdício como fórmula para o aumento da lucratividade e está expresso, segundo Mészáros, na taxa decrescente do valor de uso das mercadorias.

É, portanto, extremamente problemático afirmar que, ultrapassado certo ponto na história do “capitalismo avançado”, este processo - intrínseco ao avanço produtivo em geral – seja completamente revertido da mais intrigante forma: em que a “sociedade dos descartáveis” encontre equilíbrio entre produção e consumo, necessário para a sua contínua reprodução, somente se ela puder “consumir” artificialmente e em grande velocidade (isto é, descartar prematuramente) imensas quantidades de mercadorias que anteriormente pertenciam à categoria de bens relativamente duráveis. Desse modo, a sociedade se mantém como um sistema produtivo manipulando até mesmo a aquisição dos chamados “bens de consumo duráveis” que necessariamente são lançados ao lixo (ou enviados a gigantescos ferros-velhos, como os “cemitérios de automóveis” etc.) muito antes de esgotada sua vida útil (MÉSZÁROS, 2002, p. 634-659).

Com o objetivo de diminuir os impactos gerados pela atividade humana na natureza, os governos buscam criar políticas públicas que diminuam os danos ambientais e incentivem um desenvolvimento sustentável. Nesta busca não se pode esquecer a chamada “agenda marrom”, pois sendo o lixo e o esgoto dois dos principais problemas, o gerenciamento dos resíduos sólidos é parte importante do saneamento básico de uma cidade. O descarte desses resíduos passou a ser uma questão de difícil solução e com alto investimento de recursos públicos. Além disso, os antigos lixões e aterros sanitários conduzidos de formas inadequadas passaram a ser um passivo ambiental considerável para a maioria das cidades.

No Brasil, para atender esta demanda, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) criou a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), aprovada por meio da Lei nº 12.305/10 e regulamentada pelo Decreto nº 7.404/10. Importante marco legal para a questão da gestão de resíduos, reúne conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações com vistas à gestão integrada e ao

gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos. As principais diretrizes da lei eram acabar com os lixões até 2014, implantar a coleta seletiva, a logística reversa e a compostagem dos resíduos úmidos (BRASIL, 2012).

Ao ser lançada em 2010, esta lei foi um desafio para o poder público, principalmente para os municípios que são os titulares de limpeza pública. Um dos pontos previstos na lei é a obrigatoriedade de estados e municípios elaborarem planos de gestão integrada de resíduos sólidos como condição para terem acesso a recursos da União destinados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos. Outro aspecto importante contemplado por esta lei é o apoio à inclusão dos catadores/as de materiais reutilizáveis e recicláveis na destinação dos resíduos das cidades, priorizando a participação de cooperativas ou de outras formas de associações.

Em um de seus princípios, a PNRS reconhece o resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania. Nesse sentido se aproxima da Economia Solidária visto que propõe e incentiva a criação e o desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores/as. Priorizava, no acesso aos recursos da União, os Municípios que implantassem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou de associações de catadores/as (BRASIL, 2012).

No Brasil, o início da organização de empreendimentos de catadores/as como associações e cooperativas tem registros a partir do início da década de 2000. O período a partir da década de 1990 foi marcado por novas alternativas na forma de organização dos trabalhadores na perspectiva do cooperativismo, da autogestão e da economia solidária, muito em decorrência da crise econômica observada no período (SINGER, 2002, p. 123).

Até o início de 2000, eram raras as iniciativas de regulamentação da atividade dos catadores, das suas formas de produção e comercialização, suas instituições de apoio e de representação política. Nos últimos quinze anos, a economia solidária e as cooperativas de catadores vêm ganhando notoriedade como movimento social e também como objeto de políticas públicas do governo federal e de alguns governos estaduais e municipais (ZANIN; GUTIERREZ, 2011, p. 40).

Neste contexto (1998), algumas universidades brasileiras começaram a criar incubadoras universitárias voltadas ao assessoramento de grupos de baixa renda para a constituição de cooperativas de caráter popular. Já no início desse movimento um grupo de professores da UCPEL criou inicialmente (1999) um núcleo da Unitrabalho e posteriormente a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (INTECOOP), que alguns anos depois se transformou no Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas (NESIC/UCPEL) e começou a apoiar um processo de organização coletiva dos trabalhadores da área de reciclagem (entre outras ações desenvolvidas). A partir de 2012 o NESIC aprovou um projeto de extensão bem como dois projetos de pesquisa.

Uma dessas pesquisas buscou o mapeamento do número de pontos de comercialização de produtos originados pela coleta de resíduos sólidos na região do Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Sul (COREDE Sul) do Estado do Rio Grande do Sul (RS), com área de abrangência de 22 municípios. A intenção com esta pesquisa era mapear os pontos de compra e venda, responder quem são esses comerciantes e sua relação com os/as catadores/as de materiais recicláveis, com o objetivo de identificar a dinâmica da cadeia de comercialização, que se inicia nos catadores/as, passando por diferentes níveis intermediários até chegar às indústrias de reciclagem.

Em paralelo foi executado o projeto de extensão “Constituição de uma Rede de Empreendimentos Solidários de Coleta e Seleção de Resíduos Sólidos na Região Sul do RS”. O objetivo central foi o trabalho de mobilização, constituição e apoio a empreendimentos que atuam na coleta e seleção de resíduos sólidos na região Sul do RS. Este projeto foi financiado por recursos da antiga Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE), entre os anos de 2012 e 2016.

O projeto se iniciou em 2012 na perspectiva da criação de uma rede regional para a comercialização e análise de alternativas para processamento de resíduos na região, buscando a ampliação de ganhos para os/as trabalhadores/as, diminuição de custo em relação ao transporte e na constituição de novos empreendimentos inseridos na lógica do desenvolvimento solidário e sustentável.

As duas ações foram executadas de forma paralela e complementar, sendo que a pesquisa trouxe elementos que permitiram conhecer o mercado e, desta forma, foram a base das ações de articulação e organização da futura Rede Reciclar. Da mesma forma que o conhecimento prévio dos/as catadores/as sobre mercado (valores de vendas, compradores, sazonalidade, classificação, entre outros) foi fundamental para que a pesquisa conseguisse mapear o mercado de resíduos sólidos da região.

O início do processo e os desafios da concepção autogestionária da Rede Reciclar

O projeto foi executado em cidades da chamada ‘Metade Sul do Rio Grande do Sul’ (MS), tendo como objetivo inicial o mapeamento, organização e incubação de empreendimentos solidários vinculados à coleta e seleção de resíduos sólidos, com o objetivo de constituir uma rede integrada de comercialização entre os municípios. Trata-se de uma região que foge à percepção comum que o resto do Brasil tem em relação ao Rio Grande do Sul, num claro contraste com a chamada ‘Metade Norte’. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, enquanto o PIB per capita estadual (RS) para 2015 situava-se na faixa dos R\$ 34 mil/ano, na Metade Sul ele foi de R\$ 16 mil/ano; enquanto o IDH geral do estado é 0,746, o da Metade Sul é 0,6976. A Metade Sul corresponde a 26% da população gaúcha, mas contribui com apenas 17% do PIB estadual (IBGE, 2017).

Nesse contexto, os/as trabalhadores/as da região encontram dificuldade de inserção no mercado de trabalho e necessitam buscar alternativas para geração de trabalho e renda, o que faz com que muitos migrem para o mercado informal de trabalho. Soma-se a isso o fato de que parcela significativa da população possui baixa escolaridade. Por esses motivos, o que se vê é a inserção em condições precárias de trabalho como a catação individual de resíduos sólidos como alternativa de renda.

Esta realidade pode ser comprovada durante a realização do perfil dos/as participantes/as do projeto, o que foi importante para entender a dinâmica de trabalho e fundamentar as ações. Dos/as entrevistados/as, a maioria fazia parte de famílias compostas de até quatro pessoas, com média de 20 a 30 anos. A escolaridade situa-se em nível de ensino fundamental. O sexo que predomina é o feminino, cor branca, seguida pela parda. Entre os empreendimentos que não estabelecem uma relação de parceria e apoio com as prefeituras, a renda mensal compreendia até R\$400,00 (quatrocentos reais) e naquelas em que há apoio do poder público, principalmente através da remuneração dos serviços prestados, esta renda passa a ser de até R\$900,00 (novecentos reais) (VECHIA *et al*, 2016).

O que se observa na prática é que tanto o cooperativismo como a economia solidária se fortalecem em conjunturas de crises socioeconômicas, onde há falta de postos de trabalho formal, o que pressiona para que as pessoas busquem fontes alternativas de geração de trabalho e renda. Há nas crises econômicas necessidades que promovem a articulação destes atores em uma busca de geração de renda, da manutenção de suas atividades, da colaboração e do avanço na cadeia produtiva.

Economia solidária é um termo que se popularizou no país durante a crise econômica da década de noventa, embora sua origem e seus fundamentos sejam anteriores a isto, e nada mais é do que outro modo de produção que busca uma alternativa ao modo dominante que preconiza a competição. Paul Singer, em seu livro *Introdução à economia solidária*, versa que fundamentalmente a economia solidária é

[...] outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica (SINGER, 2002, p. 10).

Para além da necessidade urgente de geração de trabalho e renda, o contexto em que este projeto foi pensado se mostrava favorável para a organização dos/as catadores/as e sua articulação com a gestão de resíduos dos municípios. Havia um contexto político e legal que amparava ações nesse sentido. Primeiramente o Ministério do Meio Ambiente (MMA) criou em 2010 a lei nº 12.305/10, futuramente regulamentada pelo Decreto nº 7.404/10. Esta lei organiza a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e reúne o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes,

metas e ações com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos (BRASIL, 2012).

Esta lei prevê a elaboração do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, assim como planos estaduais e municipais, com um amplo processo de mobilização e de participação social. Contempla também a inclusão produtiva dos/as catadores/as de materiais reutilizáveis e recicláveis, priorizando a participação destes/as trabalhadores/as organizados/as em cooperativas ou em outras formas de associações.

O Plano Nacional de Resíduos Sólidos contempla a problemática dos diversos tipos de resíduos gerados, as alternativas de gestão e gerenciamento passíveis de implementação, planos de metas, programas, projetos e ações correspondentes. O documento, elaborado sob a coordenação do Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos - CI, composto por 12 ministérios, apresentou o diagnóstico atual dos resíduos sólidos no Brasil, o cenário ao qual devemos chegar até 2031, diretrizes, estratégias e metas que orientam as ações para o Brasil implantar a gestão ambientalmente adequada dos resíduos sólidos (BRASIL. Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010).

Há nessa lei uma aproximação da gestão de resíduos sólidos com a Economia Solidária, visto que propõe como um de seus princípios o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania. Nesse sentido, incentiva a criação e o desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores/as.

Neste contexto de expectativa com a implementação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos é que o projeto ocorreu (entre os anos de 2012 e 2016), apesar do NESIC seguir acompanhando as atividades da Rede Reciclar após o fim do convênio. A execução das ações se iniciou por um processo de mapeamento e sensibilização das iniciativas de reciclagem, parceiros e entidades de apoio. Houve um contato inicial com os municípios, principalmente através do poder público e entidades afins, com o objetivo de avaliar a situação de cada cidade.

Inicialmente se buscou fazer um diagnóstico de cada município, mapeando a realidade existente, ou seja, onde havia processo de coleta seletiva, processo de triagem, se era possível observar a ação de catadores/as, se estes estavam ou não organizados em empreendimentos coletivos (formais ou não), onde havia parceria entre estes empreendimentos e o poder público, se havia estrutura e recursos para apoiar a formação de um grupo, ou seja, galpões, equipamentos para coleta e triagem, entre outros pontos importantes.

As ações iniciaram nos municípios previstos no projeto inicial: Chuvisca, Dom Feliciano, Camaquã, Cristal, Turucu, Pelotas, Capão do Leão, Pedro Osório, Cerrito e Piratini. Muitos destes não seguiram até a finalização do projeto por motivos diversos e outros foram incluídos durante a execução.

Nesse momento foi possível perceber realidades bem distintas. Desde locais onde havia atuação de poucos catadores/as individuais, passando por locais com um grande número de catadores/as, mas que não estavam organizados quer seja por falta de apoio e estrutura, quer seja por falta de interesse de uma articulação coletiva. Mas havia também municípios que já tinham o processo de coleta seletiva e ações de catadores/as organizados/as em empreendimentos (associação ou cooperativa).

O que se buscava era permitir que os/as catadores/as se organizassem em empreendimentos aptos para habilitarem-se para a participação em chamadas públicas na perspectiva de tornarem-se pontos de recebimento de resíduos sólidos da coleta seletiva, facilitando e permitindo que o poder público repassasse os resíduos dos municípios para as associações ou cooperativas conforme exigências estabelecidas na PNRS.

Onde não havia um processo organizado de coleta seletiva e triagem buscou-se identificar e contatar pessoas que já viviam do processo de catação, para que as mesmas pudessem ser integradas ao processo. Essas pessoas foram apresentadas à proposta e, se tivessem interesse, começavam a integrar o processo de formação dos empreendimentos.

Após o processo de mapeamento, se iniciou o processo chamado de pré-incubação, que consistiu no planejamento e desenvolvimento de um plano de ação e cronograma das atividades formativas. A previsão era de quatro encontros em cada município para mapeamento e três para pré-incubação, mas as dificuldades encontradas acabaram por prolongar este período inicial, atrasando o processo de incubação propriamente dito.

De acordo com os relatórios de execução do projeto (NESIC, 2016), os processos de mapeamento e pré-incubação acabaram evidenciando uma realidade distinta em cada município, o que se explica pela dimensão do projeto com municípios muito diferentes e distantes um do outro. Esse processo inicial se tornou um pouco mais complexo do que o esperado e foram encontrados muitos entraves para que se conseguisse dar andamento às ações, tais como: dificuldade de acesso a informações, resistência da inclusão dos/as catadores/as no processo de gestão de resíduos, necessidade de controle do poder público no trabalho dos/as catadores/as, falta de confiança dos/as catadores/as na gestão pública, resistência ao trabalho coletivo e organizado, presença de pessoas externas dentro dos galpões, exploração do trabalho, inconstância do número de trabalhadores/as nos empreendimentos, dificuldade de perceber o trabalho fora da triagem como importante, ausência de apoio do poder público, instabilidade durante o período eleitoral e troca de gestão local, entre outros que serão discutidos mais à frente.

Perante esta realidade, não foi possível trabalhar com todos os municípios previstos. Estava sendo realizado um investimento de tempo muito maior do que esperado no processo de mapeamento, o que poderia prejudicar o andamento do projeto em todos os municípios. Este fator, associado à

distância geográfica dos municípios participantes, gerou a necessidade de se fazer um recorte, priorizando aqueles com maior perspectiva de sucesso.

Após esta etapa, o processo de incubação buscou qualificar o trabalho dos/as catadores/as e capacitar os empreendimentos para serem inseridos no processo de gestão de resíduos dos municípios. Ao todo foram previstas aproximadamente 25 atividades formativas para cada município atendido entre oficinas, visitas técnicas e seminários. Neste momento foram abordados os temas: mobilização para o trabalho associativo, orientação sobre os aspectos jurídicos, noções sobre gestão dos empreendimentos, aperfeiçoamento do processo de triagem, noções sobre legislação ambiental pertinente, intercâmbio de saberes, visitas técnicas e dois seminários regionais.

Assim como alguns municípios foram retirados desta etapa, outros acabaram sendo incluídos ao longo do processo, quer seja por já apresentarem um processo de organização inicial, quer seja por demanda do poder público, que se mostrava receptivo a proposta.

Após o período de organização dos empreendimentos e aperfeiçoamento do processo de triagem, quando os empreendimentos já se encontravam minimamente organizados e já realizando efetivamente os processos de triagem e comercialização, foi o momento de se iniciar a articulação dos empreendimentos para a constituição da futura rede de comercialização.

Para isso o primeiro passo foi a mobilização dos empreendimentos assessorados pelo projeto em um Fórum que, inicialmente, foi denominado “Fórum de empreendimentos que atuam com resíduos sólidos da região sul do RS”. Neste momento não poderíamos chegar com a concepção de rede já estabelecida, pois dentro do processo solidário e autogestionário a construção coletiva é fundamental para o êxito da proposta. Somente com a participação e autonomia dos/as trabalhadores/as estes/as poderão se tornar protagonistas e assumirão o controle dos processos de trabalho e comercialização.

O processo de auto-organização dos/as catadores/as da região, bem como a construção coletiva de um espaço de comercialização (que futuramente viria a se identificar como a Rede Reciclar), se inicia com base nesse processo que se caracteriza pela autogestão. É nessa perspectiva que se buscou basear a organização dos empreendimentos, tendo a clareza que esse é um processo longo e difícil de consolidar, mas que demanda uma política específica para que gere resultados. Afinal, a autogestão vem na “contramão” da lógica tradicional das relações de poder constituídas em nossa sociedade.

O espaço do Fórum buscou promover a discussão dos grupos a respeito de temas de seu interesse, entre eles, a formação da rede de comercialização coletiva. Nele foi possível fazer o levantamento das demandas dos/as trabalhadores/as, o mapeamento do volume produzido em cada cooperativa/município, os valores de venda, a identificação de compradores, a verificação da logística

e a possibilidade de organização de uma rede de comercialização. A comercialização, o aumento de renda, o aperfeiçoamento do processo produtivo e o avanço dentro da cadeia foram temas recorrentes.

Em todo o momento havia o incentivo para o exercício de leitura de conjuntura política e econômica, para que os/as catadores/as praticassem o exercício de entender a realidade em que estavam inseridos/as, qual era o seu papel nesta realidade e quais ações deveriam ser tomadas e evitadas para mudar aquilo que estava em desacordo com o que era o melhor para o coletivo. Um ponto importante para isto foi a aproximação com o Movimento Nacional dos Catadores (MNCR) desde o início das atividades de formação para que o grupo se entendesse como categoria. Assim, se reconhecendo nessa categoria, começaram a perceber a necessidade da construção dessa identidade coletiva para o fortalecimento e reconhecimento do papel do/a catador/a, visando uma articulação para o acesso às políticas públicas.

Essa organização dos/as catadores/as como categoria foi beneficiada pelo reconhecimento legal da profissão de catador/a. Este fato vai muito além do aspecto da organização dos/as catadores/as, há o fator social que permite contribuição previdenciária e seus benefícios e também contribui com a melhora da auto estima da categoria, que até pouco tempo atrás sofria muito fortemente preconceitos sociais derivados de uma visão deformada dos/as catadores/as como pessoas desqualificadas, moradores de rua, vinculados ao crime, etc.

O primeiro encontro ocorreu nas instalações do Campus II da Universidade Católica de Pelotas (UCPel) no dia 11 de junho de 2015. Participaram da reunião os municípios de São Lourenço, Piratini, Camaquã, Pelotas, Arroio Grande, Turuçu. A partir deste encontro inicial se avaliou a necessidade de encontros mensais, todos ocorrendo inicialmente em Pelotas nas instalações da UCPel.

Durante meio ano de encontros e discussões, se planejou as ações necessárias e se ajustou os detalhes para a realização da primeira venda. Os empreendimentos passaram por etapas de aperfeiçoamento e padronização do processo de triagem com a assessoria do NESIC, que promoveu a vinda de compradores, representantes de outras redes e palestrantes durante as reuniões mensais do Fórum e dentro dos espaços de discussão do seminário anual realizado pelo grupo.

No início do ano de 2016, três cooperativas, das cidades de Arroio Grande, Piratini e Turuçu, estavam decididas e planejadas para a realização da primeira venda conjunta. Sendo assim, em março, as três cooperativas somaram uma carga de aproximadamente 15 toneladas de papel e realizaram sua primeira venda conjunta para a região metropolitana de Porto Alegre, rompendo assim com a cadeia de atravessadores/as da região. Nascia a Rede Reciclar Sul, comercializando a preço mais justo, pois a diminuição da cadeia de atravessadores/as e o aperfeiçoamento do processo de triagem foram fatores que agregaram valor ao material processado.

Dentro do processo autogestionário, a definição consensual da venda passou por várias etapas, onde todas as decisões foram tomadas no coletivo, desde como seria o processo de venda, até qual seria a melhor ferramenta de comunicação. Nenhuma decisão foi tomada sem que houvesse uma discussão prévia. Foram definidas as condições em que as vendas ocorreriam, quantas cargas, como seria o pagamento, a emissão de notas fiscais, quais materiais seriam comercializados, quando ocorreria cada venda, rota de carregamentos em uma logística complexa tendo em vista a falta de recursos e distâncias.

Passam a comercializar os mais diversos materiais como papelão, plástico, metal, entre outros. De acordo com dados coletados durante a execução do projeto (NESIC, 2016), a venda coletiva proporcionou ganhos significativos no valor de venda do material, chegando em alguns casos a um acréscimo de 60%. Há relatos de cooperados que conseguiram aumentar sua renda em R\$ 600,00.

À medida que a Rede Reciclar passou a comercializar uma maior quantidade e variedade de materiais, foi possível perceber uma mudança no mercado. Notou-se que, as cooperativas outrora reféns das alterações de preços, subordinadas e dependentes do atravessador/a, agora começavam a receber ofertas de melhores valores dos compradores da região metropolitana.

Os encontros se tornaram um espaço importante para outras discussões além da comercialização. Um espaço de organização e articulação dos empreendimentos para o enfrentamento coletivo de suas demandas, promoveu a discussão das dificuldades enfrentadas diante do poder público, da relação delicada com os atravessadores/as, das investidas da iniciativa privada visando desarticular os grupos e de todos os interesses contrários à própria Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Mercado de Resíduos: o impacto da Rede Reciclar na dinâmica de comercialização

Já a pesquisa “Mapeamento dos pontos de comercialização de resíduos sólidos na região do COREDE Sul do RS”, forneceu subsídios importantes para a organização em rede dos/as catadores/as da região. Com isso, foi possível entender a dinâmica de comercialização local, entre os municípios e entre os diferentes “níveis” de atravessadores/as. É muito importante conhecer os elos da cadeia de reciclagem, o resíduo percorre muitos caminhos até chegar na indústria de transformação e é neste caminho até a indústria que o resíduo vai ganhando valor.

O que designamos como atravessador/a, intermediário ou sucateiro, é a pessoa (física ou jurídica) que compra o material reciclável do/a catador/a não organizado e das cooperativas. Há diferenças entre eles de acordo com a estrutura de armazenamento, capacidade de transporte, localização e, principalmente, seu capital para aquisição de resíduos. Os grandes atravessadores/as estão situados nas regiões metropolitanas, nas grandes cidades ou à margem delas, onde também podem se encontrar as indústrias de processamento (por exemplo, Porto Alegre e Cachoeirinha). Os

médios atravessadores/as estão localizados nas cidades de médio e pequeno porte, servindo de fornecedores e/ou atravessadores/as para os grandes atravessadores/as (por exemplo, Pelotas e Piratini).

Geralmente as associações e cooperativas de triagem produzem um volume pequeno de resíduos para a comercialização direta para as indústrias e, na maioria das vezes, estão longe do complexo industrial de recuperação. Por esta razão, o papel das empresas de revenda, ou “atravessadores/as”, como popularmente são conhecidos, passam a ter forte impacto no negócio da reciclagem. São estas empresas que possuem a estrutura e o capital necessários para garantir o volume e a qualidade de resíduos que a indústria necessita (FIESC, 2014).

Essa estrutura, ou seja, galpões, maquinário, logística de transporte, capital, permite que estas empresas concentrem todo o resíduo de uma pequena região. Além disso, há, em algumas destas empresas, processos que incrementam a qualidade do produto agregando valor na comercialização. Isto acaba concentrando a renda naqueles que possuem capital e reduzindo a remuneração para a força de trabalho na ponta da cadeia, ou seja, os/as catadores/as.

Em um primeiro momento, foi mapeado o caminho entre os municípios e entre os diferentes “níveis” de atravessadores/as. Foi detectado dois municípios “pólos” que centralizam os resíduos da região: Pelotas e Rio Grande. Pelotas recebe material de quase todos os municípios da região, exceto de Santana da Boa Vista. Isso ocorre devido a distância entre os dois municípios, bem como a proximidade entre Santana da Boa Vista e o município de Santa Maria, cidade de médio porte e que já faz parte de outro COREDE.

Os dados da região apontam que os resíduos são destinados para grandes regiões metropolitanas, onde também se encontram as indústrias de processamento de resíduos como, por exemplo, Porto Alegre, Cachoeirinha, Canela, entre outros. Além disso, há registros de envio de material para outros estados como Santa Catarina e São Paulo (VECHIA; GONÇALVES; TILLMANN, 2019).

Contudo, a cadeia de comercialização não é nada linear ou simples, mesmo Rio Grande com sua capacidade logística acaba enviando certos produtos para Pelotas. Os resultados apresentados são recorrentes, ou seja, são as questões que mais se repetem neste estudo, como, por exemplo, o apontamento de Pelotas como um município importante e estratégico na cadeia.

Essa dinâmica caracteriza a região como grande pólo de recebimento dos materiais e de comercialização para fora da região, mostrando necessária a consolidação de uma estratégia regional de gerenciamento de resíduos, em especial no âmbito da logística de comercialização e transporte, atentando para que seja possível vislumbrar a valorização dos/as catadores/as com o objetivo de fortalecer a cadeia produtiva de reciclados.

Estes dados reforçam a região de Pelotas como um possível pólo de beneficiamento de resíduos, o que sempre foi um dos anseios dos empreendimentos da Rede Reciclar. Mas para isso há a necessidade de investimento em estrutura, maquinário, logística, entre outros, recursos estes escassos para a realidade dos empreendimentos solidários.

Portanto, se faz necessário expandir o estudo e conhecer a dinâmica do comércio de resíduos até o seu destino final, como forma de fornecer subsídios para que o arranjo local de empreendimentos, a Rede Reciclar Sul, possa avançar na cadeia e agregar valor ao material produzido. Além disso, há necessidade de políticas públicas que fomentem investimentos para fortalecimento e organização dos empreendimentos da região.

Rede Reciclar: Desafios e conquistas

De acordo com informações fornecidas pelo MNCR (Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis), a Rede Reciclar Sul é pioneira, uma vez que é a única no estado realizando a comercialização coletiva, embora haja outras redes de articulação de empreendimentos de reciclagem em outras regiões do estado. Mesmo que ainda de maneira informal, a articulação destes grupos é um movimento pioneiro e inovador, que vem garantindo autonomia, incremento de renda e significativo aumento do controle do mercado de comercialização.

As vendas da Rede continuaram nos anos seguintes, mesmo com o fim do Projeto desenvolvido pelo NESIC/UCPEL. O acompanhamento aos empreendimentos continuou de forma mais pontual, através do acompanhamento de reuniões da Rede Reciclar e por assessorias, de acordo com a demanda.

O grupo se consolidou e passou a articular com outros parceiros e a receber apoio de outras instituições. Além do NESIC, passaram a acompanhar e apoiar a articulação da Rede Reciclar o MNCR, o Núcleo Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão em Economia Solidária e Incubação de Cooperativas e Empreendimentos Populares do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (NESOL/IFSul), a Incubadora de Empreendimentos de Economia Solidária da Universidade Federal de Rio Grande Campus São Lourenço (INEESOL/FURG) e a Associação do Voluntariado e da Solidariedade de Porto Alegre/RS (AVESOL).

A Rede Reciclar passou a ser representante dos interesses dos/as catadores/as da região, passando a representar a categoria em espaços de discussão como audiências públicas, reunião com gestores e judiciário, espaços acadêmicos e espaços de formação. Sendo assim, além do crescimento econômico, houve também aumento do poder de representação da categoria na região.

Ao longo de quase cinco anos, o processo de vendas se aperfeiçoou. O conhecimento da cadeia, dos compradores e da logística, fez com que a Rede Reciclar passasse a dominar mais a comercialização de seus resíduos. As negociações passaram a ser feitas de forma mais autônoma,

procurando sempre uma maior remuneração possível, tendo relatos de impactos positivos nos preços oferecidos para os empreendimentos de forma individual. Os atravessadores passaram a assediá-los os grupos com propostas de preços até por vezes melhores que os oferecidos na venda em rede numa prova de que a articulação alterou o mercado de resíduos da região.

Neste período as vendas passaram a ser realizadas totalmente por gestão dos empreendimentos, foi estabelecida uma coordenação onde cada um tinha o seu papel estabelecido, atentando para que cada município fosse representado. Estes cargos foram decididos sempre através de auto indicação e eleição, quando necessário, estabelecendo um/a presidente com um cargo mais político, um/a secretário/a responsável pela parte de atas e listas de presença e um/a tesoureiro/a que assumiria a parte das contas.

Além disso, foi estabelecido um fundo para dar suporte nas despesas necessárias, principalmente deslocamento e despesas da diretoria. Em outro momento, este fundo veio a ser um recurso utilizado para amparar empreendimentos em situações de necessidade. Todas estas decisões foram tomadas em assembleias através de votação, mostrando o amadurecimento do grupo.

O objetivo e anseio dos empreendimentos sempre foi estabelecer uma cooperativa de segundo grau e, desta forma, formalizar a iniciativa e dar mais garantia para os/as participantes. Mas ao longo dos quase cinco anos foram muitos os problemas que acabaram por adiar esta iniciativa que nunca se concretizou, por vários motivos.

O processo de formalização é bastante burocrático e requer que todos os empreendimentos estejam com a documentação em dia, o que foi dificultado pela oscilação dos empreendimentos nestes anos de existência da rede. Alguns saíram e outros entraram, até que no início do ano de 2020 contava com 4 cooperativas das cidades de Pinheiro Machado, Turuçu, São José do Norte e Arroio Grande.

Esta oscilação pode ser entendida como resultado de diversos fatores. Nesse processo, pudemos identificar um conjunto de problemas que ao longo do tempo dificultaram a constituição da Rede Reciclar bem como a manutenção dos próprios empreendimentos, tais como a falta de transparência em alguns empreendimentos, falta de confiança, falta de entendimento da necessidade do trabalho fora do galpão, assédio dos/as atravessadores/as, dificuldade de aceitar uma liderança feminina, dificuldade de ver a contribuição da rede como investimento, entre outros. Esses problemas não eram tão observados entre aqueles que participavam da coordenação, mas eram recorrentes entre os/as trabalhadores/as que ficavam na base, no processo de catação, o que demonstra dificuldade de comunicação das informações.

O primeiro problema encontrado foi a falta de compreensão por parte de alguns gestores públicos de que muitas políticas públicas precisam ser entendidas enquanto políticas permanentes. Alguns municípios tinham se proposto a trabalhar na perspectiva do projeto de constituição de cooperativas. No entanto, após as eleições e com a troca de partidos no comando dos executivos,

muitos deles olharam com desconfiança e se retiraram do processo. Um segundo problema foi a falta de recursos para investir ou a falta de compreensão de que a constituição de cooperativas não significa gasto, mas economia ao longo do tempo. Afinal, não havendo triagem e venda de material nos municípios, o que se tem é um aumento no volume de resíduos sólidos que as prefeituras precisam mandar aos lixões licenciados, volume esse que é remunerado por tonelada.

Por outro lado, todo o material coletado e triado no plano local, ao ser vendido, gera renda direta para os/as catadores/as indiretamente e esse recurso retorna ao próprio comércio da cidade, visto que em geral as empresas que transbordam o material para outros municípios são provenientes de outras regiões, fazendo com que recursos públicos sejam remetidos para os municípios de origem dessas grandes empresas.

Outra situação identificada foi a preocupação de algumas prefeituras em controlar politicamente as pessoas que compunham a cooperativa, como se estivessem fazendo um favor pessoal ao permitir convênio do município com as mesmas, sendo que em alguns casos havia até mesmo a participação direta de gestores

Levando em conta o histórico de dependência e baixos rendimentos das cooperativas, é visível que a constituição da rede trouxe benefícios para as cooperativas e para os cooperados. Mesmo assim, ao longo do tempo a rede teve “altos e baixos”, tanto em relação à pressão dos/as atravessadores/as (que inúmeras vezes buscaram dificultar as relações internas da rede), quanto sobre as oscilações de mercado e dificuldades internas entre as cooperativas. Mas se formos analisar a média do tempo em que a mesma está organizando sua comercialização podemos perceber um salto de qualidade, tanto no rendimento como no relacionamento com algumas prefeituras municipais que melhoraram as condições dos convênios, bem como no fortalecimento da autoestima e da consciência política e social dos/as catadores/as enquanto agentes ambientais fundamentais em nossa sociedade.

A falta de uma remuneração pelos serviços prestados pelo poder público coloca estes grupos muitas vezes reféns do poder econômico dos/as atravessadores/as. Em situações extremas, onde há falta de recursos, são estes que muitas vezes emprestam um maquinário, antecipam um recurso de venda ou, até mesmo, emprestam recursos para os empreendimentos.

Para competir com as empresas atravessadoras, as associações e cooperativas de reciclagem precisam garantir qualidade e volume do produto. Para alcançar este estágio de organização precisam qualificar o processo produtivo e em uma dimensão que vai além do aperfeiçoamento técnico, ou seja, investir em qualificação e padronização do maquinário passa pela adequação da infraestrutura para o acondicionamento de resíduos, melhores condições de instalações nos centros de triagem, capacitação da equipe de triagem e, principalmente, qualificação do processo de gestão. É preciso qualificar o processo como um todo, incluídos os processos de gestão administrativa, financeira e de comunicação.

Portanto, para além do conhecimento da cadeia produtiva, se faz necessário um aperfeiçoamento do processo produtivo e para isso acontecer é necessário aperfeiçoar os processos de gestão, de difusão de informação e de produção. Este se torna o grande desafio da Rede Reciclar, principalmente no que diz respeito ao processo produtivo, onde a padronização de técnicas e maquinários requer investimentos que, na maioria das vezes, estão fora da realidade financeira dos empreendimentos.

Por outro lado, a adequação do processo de gestão pode parecer algo mais simples e rápido, mas pelo contrário, é algo complexo e que requer mudança de hábitos e comportamentos. Um fluxo de informação mais rápido, um processo de registro mais eficiente, uma contabilidade mais transparente, são mudanças que podem qualificar significativamente o processo produtivo e, conseqüentemente, qualificar os empreendimentos para prospectar mercados e recursos.

Outra dificuldade encontrada foi a mudança de conjuntura no País, o pouco suporte para a Economia Solidária, a descontinuidade da Política Nacional de Resíduos Sólidos e a dificuldade de um apoio maior através de financiamento público foram entraves para a continuidade da Rede Reciclar e para os planos de uma central de beneficiamento regional.

Nestes últimos tempos a Rede Reciclar vinha enfrentando um declínio na produção total da rede, que pode ser explicado pela diminuição do número de empreendimentos, mas, principalmente, pela redução da produção de resíduos em tempos de crise.

No ano de 2020, após os vários problemas encontrados, que foram potencializados pelo distanciamento em virtude da pandemia de Covid-19, a Rede Reciclar se desarticulou e parou de fazer a comercialização coletiva. Está passando hoje por um processo de avaliação dos gargalos e problemas enfrentados, mas com a disposição de algumas cooperativas de retomar o processo organizativo.

O caminho a ser seguido agora é o da rearticulação, consolidação e da expansão, buscando o avanço na cadeia. Para tanto, não podemos desconsiderar a importância do acúmulo de experiências desses grupos. Inclusive a participação organizada junto ao MNCR, espaço que permitiu a consolidação de uma identidade de classe e percepção da importância de suas ações para além da sobrevivência econômica, mas também enquanto agentes ambientais necessários para a manutenção da própria sociedade.

Mas para que isso ocorra com garantia de continuidade é fundamental a existência de políticas públicas que deem suporte a esta atividade econômica essencial, principalmente para o meio ambiente, mas também como espaço de geração de renda para trabalhadores/as dos municípios em questão, bem como o trabalho das entidades de apoio aos grupos de reciclagem.

Referências

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas, **NBR 10004**: Classificação de Resíduos, Rio de Janeiro. 2004.

BRASIL, Lei nº 12.305. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. 02 de agosto de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm. Acesso em: 19 dez. 2021.

BRASIL. **Ministério do Meio Ambiente**. ICLEI- Brasil. Plano de Gestão de Resíduos Sólidos: Manual de Orientação. Brasília, 2012.

CRUZ, Antônio Carlos Martins da. **A diferença da igualdade: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul**. 2006. 325p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_1967e659c7591e5bb554d3b9833c15d2. Acesso em: 19 dez. 2021.

EIGENHEER, E. M. **Lixo: A limpeza urbana através dos tempos**. Gráfica Pallotti, Porto Alegre, RS., 2009.

GASPAR, Ricardo Carlos. **A trajetória da economia mundial: da recuperação do pós-guerra aos desafios contemporâneos**. *Cad. Metrop.* [online]. 2015, vol.17, n.33, p. 265-296. ISSN 2236-9996. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cm/v17n33/2236-9996-cm-17-33-0265.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2021.

IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios: 2010-2015. IBGE, Coordenação de Contas Nacionais – Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 79p. nº 58. ISSN 1415-9813 Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101458.pdf>

RECICLAR. **Atas de reuniões do Fórum de Empreendimentos de Resíduos Sólidos da Região Sul do RS – REDE RECICLAR**. 2017-2019

Santaella S. T *et al.* Resíduos sólidos e a atual política ambiental brasileira. Fortaleza: (**Coleção Habitat, v. 7**) UFC / LABOMAR / NAVE, 2014. ISBN: 978-85-420-0326-0. 232 p

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

VECHIA, R. S. D.; VICTORIA, L. B. G.; GOTARDO, S. Projeto “Constituição de uma Rede de Empreendimentos Solidários de Coleta e Seleção de Resíduos Sólidos na Região Sul do RS”. **Edital de Chamada Pública de Parceria SENAES/MTE nº 004/2011**. Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas (NESIC). Universidade Católica de Pelotas (UCPel). Pelotas, outubro de 2011.

VECHIA, R. S. D.; NONTICURI, A. R; LEITZKE, C. P. SILVEIRA, V. M. **Relatório Final de Execução de Convênio MTE/SENAES nº765251/2011** – Projeto “Constituição de uma Rede de Empreendimentos Solidários de Coleta e Seleção de Resíduos Sólidos na Região Sul do RS”. Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas (NESIC). Universidade Católica de Pelotas (UCPel). Pelotas, dezembro de 2016.

VECHIA, R. S. D.; GONÇALVES, D. R.; TILLMANN, B. C. REDE RECICLAR: A Pesquisa e a extensão universitária contribuindo com uma experiência de autogestão dos/as trabalhadores/as de cooperativas de resíduos sólidos. In: DELLA VECHIA, R. S; SANTOS, A. M. ; NUNES, T. G. (Org.). **Autogestão e Extensão Universitária: 20 anos de história**. 1º ed. Marília: Lutas Anticapital, p. -, 2019.

ZANIN, M. ; GUTIERREZ, R. F. ; TARGA, L. G. ; FRANCA, L. M. ; FRANCESCHINI, G. . Parceria entre Universidade e Gestor Público Municipal para fomentar a Economia Solidária e ampliar as atividades da Cooperativa de Catadores de São Carlos/SP. In: ZANIN, M. ; GUTIERREZ,

R. F. (Org.). **Cooperativas de Catadores: Reflexões sobre Práticas.** São Carlos - SP: Claraluz Editora, 2011, v. , p. 229-253.